

2

Guia do Professor

2.1

Apresentação

Caro professor,

Você tem em mãos um produto que é resultado de um grande esforço de pesquisa e trabalho de uma professora de Ensino Fundamental que se viu diante de um problema e procurou caminhos para solucioná-lo. O jogo que criei teve o sentido de proporcionar ao público escolar, sobretudo para nós professores, um material de qualidade para se trabalhar a questão indígena, exigência da lei 11.645/2008 que determina o ensino de história e cultura de África, afro-brasileiros e indígenas.

Estamos em 2016 e, como a lei é de 2008, poderíamos supor a existência de vastos materiais para professores voltados para as temáticas, mas não é o que de fato encontramos. Já não são muitos e ainda enfrentamos um desequilíbrio, pois a quantidade de materiais desenvolvidos sobre a questão indígena é muito menor do que os materiais sobre a temática afro-brasileira. Poucos e frágeis, pois o que existe disponível muitas vezes derivou de uma resposta formal à lei, sem investimento de qualidade, fazendo com que haja limitação dos materiais encontrados.

Um exemplo que vocês devem ter percebido é o livro didático: a inclusão de dados novos em livros didáticos, por exemplo, não correspondeu a uma revisão substantiva daquilo que já estava nas edições anteriores e muitos materiais mantêm lacunas, mesmo introduzindo uma referência nova. A historiadora Heloisa Paura em seu trabalho de monografia faz uma análise da coleção Projeto Araribá de História do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), 1ª edição de 2006, para pensar como a temática indígena é tratada no livro didático. Esta coleção é uma obra bastante usada nas salas de aula brasileiras, sendo parte integrante da lista de livros do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Sobre o volume

pertinente ao 7º ano desta coleção, a autora afirma que:

“(…) Percebemos até aqui que no livro Projeto Araribá de História do 7º ano, a temática indígena ora é tratada de forma generalizante, ou seja, a diversidade e pluralidade de culturas, línguas e etnias, não é levada em consideração; ora são tratados a partir da ação dos jesuítas e dos bandeirantes, do contexto das missões e de sua escravidão, não fazendo nenhuma menção às articulações e negociações que perpassavam aquelas experiências; e ora os indígenas são tratados com um pouco mais de cuidado.⁴⁵”

Destaco um exemplo apontado pela autora que diz que na unidade 6, do 7º ano, intitulada *A exploração dos impérios coloniais*, seção *Em foco* intitulada *Os povos indígenas do Brasil*, há um esforço da parte da coleção de aprofundar um pouco mais a abordagem sobre os povos indígenas. Esta seção destaca a sociedade tupi, tratando de sua cultura e de seu modo de viver. Porém, segundo a autora, a coleção peca, quando prende boa parte do seu texto somente ao passado daquele povo, sem haver uma relação com sua realidade atual⁴⁶. Outro exemplo, ainda nesta mesma unidade 6, capítulo 4 de título *As missões jesuítas*, o livro continua a dar visibilidade ao indígena, porém ainda sob a ação do colonizador. Sobre os jesuítas, a autora aponta que o livro diz que aqueles padres eram influenciados pelas rígidas normas de disciplina militar, afirmando ser natural a imposição de um modo de vida esquematizado e ordenado aos indígenas, confrontado com a cultura destes. A autora afirma que:

“(…) Ao fazer uso do termo confrontava, a narrativa do livro dá a entender que o modo de viver dos indígenas não apresentaria nenhum tipo de ordem, conduzindo o leitor a interpretar o texto de forma dicotômica. Como se houvesse um embate entre os com ordem (os padres) X os sem ordem (os indígenas), desconsiderando a possibilidade de que a ordem do indígena fosse apenas diferente do que era entendido como ordem aos

⁴⁵ PAÚRA, Heloisa de Souza Vitorino. *Representações acerca dos indígenas em Livro Didático Análise do Projeto Araribá – História (2006)*. Monografia. Departamento de História. Puc-Rio, 2016.

⁴⁶ Idem. P. 57.

olhos dos padres. Isso me faz concordar com a posição de Luis Donizete Grupioni quando afirma que os livros didáticos ainda não estariam preparados para admitir a possibilidade e a “viabilidade de outras ordens sociais” que não as europeias⁴⁷.”

Desta maneira, apesar desse grande movimento do PNLD, que avalia os livros didáticos e regulamenta sua distribuição para a rede pública (positivamente influenciando tanto as editoras como a rede particular de ensino), a questão indígena não foi plenamente resolvida, como se pode ver no exemplo acima.

No fim das contas, a transformação desejada em sala de aula foi (e é) lenta, seja no que se oferta nos materiais didáticos - como o livro escolar -, ou mesmo na nossa capacitação, pois são raros cursos ou outras iniciativas que possibilitem que nós avancemos num tema que nem sempre fez parte de nossa formação.

A vigência da lei não garantiu subsídios para sua realização plena e satisfatória, considerando que a escola tem um tempo diferente tanto dos movimentos sociais como das pesquisas universitárias, espaços onde a questão indígena apresenta maior volume e força. Os movimentos sociais que buscam garantir maior visibilidade de grupos afrodescendentes e indígenas foram a base para que a lei fosse elaborada, mas o diálogo da escola com esse espaço público não é imediato e suas conquistas não conseguem ser incorporada simultaneamente. Por exemplo, entramos em sala com um currículo a cumprir e há tensão na distribuição de nosso tempo e dedicação entre o conteúdo programático planejado e a incorporação dos temas dos movimentos ou do acompanhamento dos mesmos como modo pedagógico. Deste modo, perdemos na oportunidade, no caso do Rio de Janeiro, de trabalhar a luta dos indígenas pela Aldeia Maracanã ou de Tupinikins e Guaranis no Espírito Santo, para recuperarem área tomada por empresa de celulose, só para ficarmos com alguns exemplos de movimentos que – se tratados na e pela escola – poderiam resultar na compreensão, no mínimo, de que os índios não são coisa do passado, por exemplo.

⁴⁷ Ibidem. P. 60.

O mesmo ocorre com a universidade. Ali ainda há muitas pesquisas a serem feitas, mas, no caso da história, desde a década de 1980 do século passado a temática indígena ganhou espaço e resultou em reavaliações importantes. Mas é limitada nossa capacidade (dos professores da escola básica) de atualização e diálogo diante de novos estudos e pesquisas, já que somamos a dificuldade de tempo e condições para esse processo com a fragilidade de nossas formações anteriores que não desenvolviam tais temáticas. Então, seja como um produto que venha das ruas ou que venha das universidades, a questão indígena não é vista ou trabalhada como poderia/ deveria na escola.

A proposta deste jogo é que, na função de material didático, trabalhe com a temática indígena, ampliando as informações sobre indígenas contemporâneos, pois o material disponível é majoritariamente sobre o período colonial, deixando no vácuo sua realidade atual. No livro didático, por exemplo, em determinados momentos da história nacional os indígenas ascendem no texto, mas logo em seguida são silenciados, num movimento esquizofrênico onde, no período colonial, os indígenas aparecem como uma base da sociedade brasileira, e depois desaparecem na história da nação, sendo lembrados de vez em quando como uma parcela da sociedade brasileira que ainda existe em “algum lugar da Amazônia”.

Um grande estereótipo reproduzido pelo senso comum é a ideia do “índio” no singular, como se todos os povos indígenas fossem iguais. É uma ideia completamente errônea, haja vista que existe e sempre existiu uma grande variedade de etnias, cada uma delas com suas crenças e valores, não sendo possível engessá-los em uma única categoria homogeneizadora. Além da perspectiva equivocada dos índios como uma unidade homogênea, o senso comum articula outros paradigmas que dificultam o trabalho do professor. Um importante é a identificação dos indígenas com a natureza, ou melhor, com uma determinada concepção de natureza, fazendo com que só possam ser compreendidos como índios aqueles que vivem em uma oca no meio da mata e que caçam e pescam. Essa é uma concepção perversa, pois além de fazer com que as pessoas fiquem cegas aos indígenas urbanos, interfere num outro paradigma, que compreende indígenas como povos sem história, sem mudanças, cristalizados no tempo. Em outras palavras, a suposição de que só sejam indígenas aqueles que

moram nas florestas estabelece uma interpretação confusa que reconhece a existência de índios no século XXI, mas que espera o comportamento de alguém do século XVI.

Algo que pode parecer detalhe insignificante para a sociedade em geral, por exemplo, é a forma como escolhermos chamar os indígenas. Em cada situação, as pessoas usam palavras sem estarem atentas ao fato delas representarem coisas diferentes. Usar ou não o plural, por exemplo, é transformador, pois de ‘povo indígena’ passamos a ‘povos indígenas’. Mas não só, chamar de povo ou etnia não é uma escolha inocente, havendo implicações conceituais na forma como classificá-los e a escolha por uma categoria tem grande importância política.

Povo, população, etnia. Cada uma dessas classificações possui seus contextos, acionando intenções distintas e diversas. O termo povo, por exemplo, mantém-se secularmente articulado à ideia de nação e de Estado e seu uso aparece como uma ameaça para aqueles que prezam o modelo tradicional de estado-nação, considerando impossível que indígenas tenham uma autonomia já que inseridos no Estado brasileiro. No entanto, nem todos pensam assim, em função de revisões desse modelo tradicional. Temos, portanto, além da tensão do uso do termo, a tensão do que ele pode significar de acordo com quem está falando. De um modo ou de outro, é preciso estar consciente dos desdobramentos que seu uso vai causar.

O termo etnia me parece o mais favorável, pois ele aciona um conhecimento acadêmico que permite ver tanto as diferenças entre vários grupos, como as transformações de um mesmo grupo no tempo, a partir da problematização das fronteiras étnicas realizada por Fredrik Barth.⁴⁸ Como conhecimento acadêmico, ele amplia o repertório de conceitos do espaço escolar e evita tensões tais como as que acontecem com o uso de termo povo.

A relação com a natureza também elabora uma evidência de que, como homens do passado e, como tais, não seriam capazes de lidar com objetos

⁴⁸ BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

contemporâneos: se torna inimaginável o uso de celular ou de computador. Pensar nos índios usando tais recursos ou morando em cidades aparece para a maioria como uma sentença de descaracterização do “ser índio”, ou seja, se ele age dessa forma, ele já não é mais índio. É engraçado, pois essa lógica serve apenas a eles, afinal, essa maioria da sociedade é capaz de perceber que continua com valores e práticas brasileiras mesmo quando de posse ou uso de objetos de outras culturas ou sociedades.

Desta forma, o jogo educativo sobre as populações indígenas do Parque Indígena do Xingu atende a uma demanda do Estado no que tange a lei 11.645/2008, servindo como material didático para que professores trabalhem esse tema em sala de aula. Ele pretende tanto contribuir com o acesso a dados que não aparecem nos livros didáticos em geral, mas também a promoção de reflexões que questionam as verdades e estereótipos tradicionalmente associados aos indígenas, como eles não terem história, sendo do mesmo modo sempre. O jogo, deste modo, além de atender a uma demanda do Estado - ou seja, cumprir formalmente a lei -, atende a uma demanda social que se apresenta na vida cotidiana dos professores, pois nós necessitamos de materiais didáticos que não apenas listem informações, mas que problematizem os grupos indígenas e sua atuação como agentes históricos ativos.

O propósito do jogo é o de produzir algum conhecimento, não sendo apenas como divertimento, acionando conteúdos que normalmente estão ausentes das salas de aula. E a temática indígena não é um conteúdo simples de adquirir. Tema silenciado por gerações e com um conjunto grande de estereótipos e desqualificações, na maior parte das vezes nós, professores, não sabemos sequer por onde começar. E se forem conteúdos sobre os indígenas nos dias de hoje, pode-se dizer ser um assunto ainda mais complicado, afinal de contas, todos nós vimos algo sobre eles quando aprendemos sobre a colonização do Brasil, garantindo – ao menos em impressão – que teremos maior facilidade em lidar com o assunto. Mas quando arregaçamos as mangas vemos que não é bem assim... Ao buscarmos na internet informações nos deparamos com conceitos e formas de pensar a inserção dos indígenas na sociedade abrangente que nada se relacionam com o que aprendemos e ficamos cheios de dúvidas. Quando encontramos

materiais que não nos questionam e nos sentimos confortáveis em usar, podemos perceber que não mudamos muita coisa, pois apenas somamos dados – como listas de nomes de etnias – sem reflexões mais apuradas sobre o assunto.

O Parque Indígena do Xingu (PIX) é considerado uma forte referência de diversidade cultural e ambiental da Amazônia, sendo de grande importância para a conservação da paisagem, sendo assim, para além da questão das terras indígenas, o Parque é referência para refletir sobre a preservação da biodiversidade da fauna e flora de nosso país. A intenção é problematizar o PIX para pensar a atuação das populações indígenas e sua relação com o Estado nos dias atuais.

O Parque Indígena do Xingu – unidade espacial em que se localiza o jogo - tem uma variedade étnica muito grande, não sendo possível trabalhar com todas. Mas assumi como uma de minhas metas a afirmação da pluralidade, numa quebra da ideia do ‘índio’ como unidade. Para atingir o objetivo de expor a multiplicidade e ainda focar algumas questões sobre a convivência entre indígenas e não indígenas hoje, foram selecionados 6 grupos indígenas (Kamaiurá, Kaiabi, Kisêdje, Kalapalo, Naruvôtu e Yudjá) que serão trabalhados no jogo, trazendo informações sobre seu cotidiano, seu modo de vida, mas também sua história e sobre os contatos, tanto entre indígenas como entre indígenas e não indígenas.

A proposta do jogo é construir referência sobre algumas etnias contemporâneas e construir uma perspectiva histórica diferenciada, que não é a de uma narrativa linear que apresenta verdades, mas que promove a oportunidade, através do jogo, de se pensar que existem conflitos e questões não resolvidas, que a história é mudança. Essa parte será feita através das relações que o jogo propõe entre indígenas e natureza, entre diferentes indígenas entre si e entre indígenas e o restante da sociedade. Desta maneira, o jogo pedagógico tem como objetivo fazer com que os alunos percebam a multiplicidade que há entre os grupos indígenas, desassociando a ideia do “índio” como uma unidade, como se fossem “todos iguais”. Outro objetivo é explorar a historicidade, a percepção de mudança da condição em que vivem, pois, além do PIX ser algo recente (os indígenas não viviam dentro desse parque/conceito antes), a questão da negociação da terra com o Estado evidenciaria que são comunidades que mudam, não sendo realidades

estáticas sobre as quais se decora algumas características imutáveis.

Além do conhecimento imediato sobre algumas etnias, objetiva-se que os alunos identifiquem os indígenas como participantes ativos da sociedade, evitando a reprodução da ideia de uma vida isolada do mundo não indígena. Existem indígenas urbanos, mas mesmo aqueles que vivem na floresta não estão ‘fora do mundo’. É importante viabilizar a percepção de que a escolha por modo de vida diferente do nosso não resulta do desconhecimento (como se eles necessariamente fossem preferir à modernidade, numa ideia de evolução) e que o acesso à tecnologia (que ocorre no Xingu) não representa o fim da condição indígena. A participação ativa na sociedade deverá ser expressa também nos trabalhos conteúdos relacionados às lutas políticas que enfrentam para garantir seus espaços e suas atuações de preservação, não apenas de seu ambiente, mas de todo o ecossistema.

No processo de ensino/aprendizagem novos saberes são construídos pelos alunos, saberes estes que, ao se constituírem como conhecimento cotidiano e ao incorporarem a dimensão problematizadora e crítica, podem tornar-se instrumento de libertação e de resistência, ou ao contrário, podem também manterem-se como lugar para a legitimação de poderes instituídos, em perspectiva conservadora. Por isso é preciso que, no contexto da aula e das atividades, o professor trabalhe de modo a questionar tais verdades estabelecidas.

O jogo, enquanto ferramenta didática, pode ser considerado uma estratégia bastante eficiente, pois auxilia no processo de aprendizado do aluno na medida em que interage com o ambiente social. Especialmente neste jogo há a possibilidade dos alunos assumirem identidades diversas - ao lidarem com seus personagens - e a relação dessas identidades estabelecidas unida à dinâmica do jogo podem fazer com que o aluno teça conexões mais apuradas e aproximadas com o conteúdo aprendido. A partir de um instrumento lúdico, que desperte interesse no aluno de buscar um conhecimento para realizar a ação de jogar, o aluno pode ser capaz de interagir de maior e melhor forma com o conteúdo, transformando o aprendizado adquirido em um saber para além do âmbito escolar. Para além do conhecimento do conteúdo temático, o uso do jogo promove interatividades capazes de produzir outros conhecimentos que vão além dos conteúdos programáticos das disciplinas:

conhecimento de vida, de mundo. O material permite trabalhar diversas aprendizagens, como conciliar interesses com os colegas e enfrentar dificuldades. Além disso, o jogo pode promover interação entre a turma.

É importante ressaltar o caráter colaborativo deste jogo, pois exige que o aluno planeje sua estratégia baseado no outro e não em si mesmo para alcançar o objetivo, que é o de impedir que o território do PIX se retraia em tamanho, sendo invadido e ocupado por agentes como madeireiros, fazendeiros, posseiros, etc. Desde modo, o jogo se resume em: ou todos perdem ou todos ganham. Talvez esse seja o caráter mais difícil neste jogo em termos de jogabilidade, pois o habitual é estabelecermos meios para fazer o outro perder e nós ganharmos. O caráter de colaboração é uma premissa no jogo, pois incentiva, em um espaço escolar, a relação de proximidade, de alteridade, de se colocar no lugar do outro e de pensar no outro. A sociedade já está saturada de sentimentos de individualismo e competitividade e cada vez mais tem sido necessário estimulá-los a percorrerem o caminho contrário a esse.

Quanto ao âmbito do ensino de história, o jogo se apresenta de forma eficaz, pois pode ser entendido e pensado como possibilidade de se problematizar a memória no ensino de história e a construção da consciência histórica. Trabalhar com a memória na questão indígena é trabalhar com os silenciamentos produzimos ao longo dos séculos sobre os indígenas e sua atuação na sociedade e na luta destes grupos hoje em dia de garantirem sua visibilidade. O jogo pode manejar conteúdos que tragam essa visibilidade para os alunos, construindo outro tipo de consciência histórica. O jogo pode despertar ainda, o interesse dos alunos em se aprofundarem no que diz respeito às tribos indígenas trabalhadas e suas problemáticas. Como já dito, os conteúdos sobre indígenas americanos sofrem o peso de inúmeros estereótipos difíceis de serem eliminados. No caso do jogo, a dinâmica circunstancial das identidades e a impossibilidade de manipulação/mensuração absoluta, deixam em aberto e estimulam o caráter fluído das relações, o que pode ser uma estratégia interessante no enfrentamento da cristalização de estereótipos.

Quando o professor trabalha em sala de aula com um jogo de temática indígena, por exemplo, os alunos já chegam com perspectivas do que é ser

indígena, uma imaginação sobre como ele vive, sobre seus hábitos. O objetivo do professor pode ser o de apresentar outro olhar sobre a ideia do que seja ser indígena, neste caso, o jogo pode colocar o aluno para atuar como um personagem indígena que vai ter que lidar com outros indígenas (personagens) e até mesmo com não indígenas. Sob a orientação do professor, o aluno pode compreender melhor o conteúdo e lançar, na prática, um novo olhar sobre o que venha a ser o índio na sociedade atual ou sobre as dinâmicas das relações sociais ao longo da história.

O jogo **Parque Indígena do Xingu** foi pensado para alunos de 6º a 7º anos das series iniciais do Ensino Fundamental II. São séries em que é possível inserir a temática indígena de forma mais simples porque ela já compõe o conteúdo curricular, mas pode igualmente ser usado para alunos de 8º e 9º ano. Feito para grupos de até 6 pessoas, foi todo ele elaborado pensando no professor que possui poucos recursos materiais para trabalhar, pois infelizmente esta é a nossa realidade no país.

2.2

O JOGO: princípios e jogabilidade

No **Parque Indígena do Xingu** (o jogo), os participantes se revezam movendo seus peões em torno da área do parque e à medida que o jogo avança, as peças que compõem o tabuleiro - que representam áreas específicas do PIX - são ocupadas e a pressão psicológica do tempo aumenta, pois, a ideia é desocupá-las. É exigida dos jogadores a criação de estratégias para reunir um conjunto de ações, que, em cartas, significam as missões a serem cumpridas, pois somente realizando-as integralmente e chegando até o posto da FUNAI, que se ganha o jogo. No processo, os jogadores precisam pegar Cartas de Conflito, que geram ocupações e dificultam a meta, aumentando a emoção. É importante ratificar que as estratégias devem salvar a todos, caracterizando a colaboração entre as escolhas individuais.

Sobre o desfecho do jogo, que está centrado na figura da FUNAI como

aquela que vai pleitear as reivindicações das aldeias com o Congresso Nacional, tal mecanismo pode sugerir que não há possibilidade autônoma de resolução por parte dos indígenas, sendo necessária a interferência de outras instâncias, contrariando o dispositivo constitucional que supõe a autonomia societária dos indígenas. Porém, mesmo tendo consciência de tal situação, optei por trabalhar desta forma por entender que o processo de regulamentação das disposições constitucionais tem sido lento e os mecanismos efetivos de regulação da autonomia indígena estejam a meio caminho.

Para começar o jogo, as peças deverão ser colocadas de acordo com as imagens contidas no tabuleiro. Além dessas peças, há ainda mais 6 peças que representam aldeias das etnias a serem trabalhadas: Yudjá, Kayabi, Kisedjê, Kamaiurá, Kalapalo e Naruvôtu. O tabuleiro traz uma arrumação de modo que as peças não sejam colocadas de forma aleatória, para que o aluno tenha uma visão, mesmo que de forma superficial, de como o PIX está distribuído, ou seja, evidenciando a localização aproximada de cada aldeia, rios e lagoas.

O jogo é composto por 24 peças tabuleiro e as Cartas de Missões (verso verde), que são 4 objetivos que vão auxiliar na realização do objetivo principal, que é a preservação do território. As missões são: (a) conseguir apoio de uma ONG internacional, (b) criar um canal no Youtube para disponibilizar materiais feitos pelos próprios indígenas, (c) conseguir junto ao Congresso Nacional a demarcação de uma área reivindicada e (d) criação de uma organização indígena. Desde modo, os jogadores terão que alcançar essas 4 missões que estão dispostas pelo tabuleiro.

As missões são elementos que dão legitimidade à luta das etnias xinguanas. O apoio de uma ONG internacional garante uma visibilidade maior das questões, saindo do campo nacional e abrangendo âmbitos mundiais. A criação de um canal na internet como o Youtube garante que qualquer pessoa tenha acesso às questões indígenas, até mesmo nossos alunos. O apoio do Congresso Nacional com a demarcação da uma área reivindicada fortalece e consolida a luta pela preservação do PIX e a criação de uma organização indígena mostra como os indígenas tem se organizado e atuado politicamente, além de descaracterizar a ideia de índios passivos e ignorantes. Tais elementos permitem

que o aluno compreenda múltiplas possibilidades de atuação dos indígenas, até mesmo fazendo uso da tecnologia, como o caso da criação de canal no Youtube.

Para conferir uma complexibilidade ao jogo, expressando dinâmicas sociais, há ainda as Cartas de Conflitos (verso preto). Essas cartas formam um baralho com as mesmas peças do tabuleiro, mas que trazem um problema de ocupação que, no jogo, é um conflito por disputa de território. Em cada rodada o jogador tem que tirar do baralho uma determinada quantidade de cartas de conflito que colocarão em risco a permanência da respectiva peça no tabuleiro. Caso a peça do tabuleiro receba esse problema de ocupação, o jogador precisa resolvê-lo antes que ela seja atingida novamente por um novo problema de ocupação, pois caso ela passe 2 vezes seguidas por um problema de ocupação, a peça será retirada do tabuleiro e o jogador terá dificuldades em se deslocar por ele. O que determina a quantidade de Cartas de Conflito a serem tiradas é o nível de conflito, identificado por uma régua com marcações de 2 a 5. O nível de conflito é equivalente ao nível do jogo: Fácil, Normal e Difícil. No baralho existe uma carta chamada “Aumento de Conflito!” e a cada vez que ela aparece, o nível do jogo deve aumentar e mais Cartas de Conflitos serão retiradas. Caso o nível chegue à marcação vermelha com a inscrição DERROTA, no topo da régua, o jogo acaba e todos perdem. É esse marcador de nível de conflito que vai controlar o tempo do jogo, que dura em geral, no máximo, 30 minutos, portanto, viável de ser realizado em um tempo de aula.

No jogo, foram selecionados 3 tipos de problemas de conflito territorial: presença de madeiras, posseiros e construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) nos rios formadores do Xingu. As madeiras comprometem a biodiversidade da região no que tange à extração de madeira de forma ilegal, causando vasto desmatamento ao território em torno do PIX. A presença de posseiros - indivíduos que ocupam um local que não está sendo utilizado sem possuir o título de propriedade desta área – compromete as áreas às quais as etnias estão reivindicando, além de comprometer as áreas no entorno do PIX, quando usadas de forma inadequadas (provocando desmatamento, poluição da terra e dos rios, queimadas, etc.). A construção de pequenas centrais hidrelétricas (autorizadas e patrocinadas pelo governo) provoca grande impacto sobre os rios,

de modo a comprometer a atividade pesqueira e a navegação. Tais conflitos permitem ao aluno compreender melhor os problemas territoriais que os indígenas enfrentam, percebendo de que modo os agentes externos podem interferir na vida e cotidiano dos indígenas e a forma como o Estado lida e contribui com a situação.

O jogo possui ainda 2 tipos de Cartas Coringas (contidas no baralho das cartas de missões – verso verde) que permitem operações especiais por parte dos jogadores. São as cartas: “Apoio Aéreo”, que permite que o jogador possa se deslocar para qualquer lugar do tabuleiro, e a carta “Intervenção”, que permite ao jogador desvirar a peça que está ocupada, solucionando o problema daquela região em determinada rodada.

Por fim, existem as Cartas Personagens, que são cartas que descrevem o personagem na qual o jogador irá se tornar e expõem a habilidade especial que ele terá no jogo. Os personagens e suas habilidades são:

Kisêdje (Xamã): Desocupa 2 áreas em 1 ação. (preto)

Naruvôtu (Agente): Move-se através de uma área ocupada. (marrom)

Kamaiurá (Negociante): Move outro jogador 2 casas em 1 ação. (amarelo)

Yudjá (Canoeiro): Move um jogador para qualquer rio ou lago do Parque. (vermelho)

Kalapalo (Mensageiro): Passa Cartas de Missões para qualquer jogador. (lilás)

Kayabi (Explorador): Move-se na diagonal. (azul)

Cada jogador representará uma etnia diferente e cada uma dessas etnias possui, no jogo, uma habilidade especial. Isso é interessante, pois mostra ao aluno diversas possibilidades de ser índio. Apesar dos jogadores assumirem a identidade de um indígena, cada jogador atuará de modo diferente, evidenciando 6 possibilidades de ser índio, ajudando a quebrar com a ideia de unidade subsumida no termo ‘índio’. A escolha pelas habilidades de cada etnia se deu através da

escolha de uma característica de cada etnia. Desta forma, temos⁴⁹:

- **Kĩsêdjê** (Xamã): Em seu universo cosmológico, os Kĩsêdjê cantam porque através do cantar eles podem restaurar alguns tipos de ordem em seu mundo, e também criar novos tipos de ordem nele. Como experiência do corpo e da pessoa social, o canto é um modo essencial de articular as experiências das vidas individuais com os processos sociais. Numa sociedade em que todos fazem música, "fazer música" é também dançar, fazer política e é comunicar algo sobre si mesmo.
- **Naruvôtu** (Agente): Pelo fato de terem vivido em aldeias Kalapalo e Matipu, os Naruvôtu são grandes conhecedores das baías e lagoas dos estuários dos rios Sete de Setembro e do Alto Culuene. Possuem assim, profundo conhecimento da geografia, permitindo que esse povo transite em qualquer lugar.
- **Kamaiurá** (Negociante): o *moitará*, palavra Kamaiurá que se refere à troca comercial de bens entre anfitriões e convidados por ocasião dos encontros para festas e cerimônias, é uma prática que marca a interdependência social, econômica e política dos grupos altoxinguanos, mesmo com a introdução de bens industrializados e o constante fluxo de índios assalariados dirigindo-se às cidades para fazer compras.
- **Yudjá** (Canoeiro): Na tradição, os Yudjá são exímios canoeiros. Para eles, esse fato lhes confere um status importante.
- **Kalapalo** (Mensageiro): possuem um ideal de comportamento ético chamado *ifutisu* que pode ser definido como uma ausência de agressividade pública – por exemplo, ser habilidoso para falar em público

⁴⁹ As informações sobre as características das etnias se encontram em: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. 2011. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

e não provocar situações que causem desconforto aos outros – e pela prática da generosidade – como a hospitalidade e a predisposição para doar ou partilhar posses materiais. Os Kalapalo acreditam que a viabilidade da sociedade depende do cumprimento desse ideal.

- **Kayabi** (Explorador): Hoje, os Kawaiweté estão empenhados em um movimento de recuperação de suas áreas de ocupação tradicional nos rios Teles Pires e dos Peixes. Nesse sentido, vem há vários anos solicitando à FUNAI a constituição de um Grupo de Trabalho para identificar oficialmente as áreas em que estavam antes da mudança para o PIX. Cansados de esperar pelo órgão oficial, realizaram por conta própria expedições para avaliar a situação em que se encontram suas terras.

Cada jogador pode fazer até quatro ações que podem ser: (a) movimentar de forma adjacente (apenas o explorador - Kayabi - pode andar na diagonal), (b) desocupar uma peça adjacente, (c) dar uma carta para outro jogador e (d) trocar cartas por uma missão. Isto feito, ele pega duas cartas do baralho das Cartas de Missões (verso verde) e pega também cartas do baralho das Cartas de Conflitos (verso preto). A quantidade de cartas a serem retiradas vai depender do nível em que está a tomada do território do parque no jogo, pois a quantidade de cartas aumenta de acordo com o nível de ocupação.

De forma resumida, os jogadores perdem se: (a) ambas as regiões que contém a mesma missão forem ocupadas e a missão ainda não foi realizada; (b) a peça do “Posto da FUNAI” for ocupada; (c) o nível de conflito alcançar o marcador vermelho com inscrição DERROTA, no topo da régua; (d) algum personagem estiver numa região ocupada e não houver uma região adjacente para a qual ele possa ir. Os jogadores vencem se: (a) encontrarem as 4 missões e levarem-nas até o “Posto da FUNAI”.

2.3

Para saber mais...

Colega professor,

Para produzir esse material enfrentei meu desconhecimento e acumulei referências que podem ser valiosas para você. Apresento aqui um breve histórico do PIX e dados sobre as etnias que compõem o jogo, com sugestão bibliográfica e de sites que você pode acessar para saber mais.

2.3.1

O Parque Indígena do Xingu

O primeiro contato registrado com a região do Xingu data de 1884, quando Karl Von Den Stein veio por meio de uma expedição científica alemã. Ele chegou ao Xingu pelo rio Culuene. No início da década de 1940, no governo do presidente Getúlio Vargas, é iniciada a Marcha para o Oeste, movimento que visava desbravar e ocupar o centro oeste do país, expandindo as fronteiras do interior do Brasil, na perspectiva de sua modernização. Em função desse projeto é criada a Expedição Roncador-Xingu, organizada pela Fundação Brasil Central (FBC). A missão dessa expedição era abrir estradas, construir campos de pouso, dar as condições logísticas para viabilizar a rota aérea Rio de Janeiro-Manaus e explorar o potencial mineral da nação. A expedição Roncador-Xingu, foi a primeira expedição de integração nacional no contexto da Marcha para o Oeste.

Em 1946, a Expedição Roncador-Xingu chegou às cabeceiras do rio Culuene e foram abertas duas pistas de pouso (Garapu e Sete de Setembro). Um convênio assinado entre a FBC e o Museu Nacional do Rio de Janeiro possibilitou a presença de pesquisadores na Expedição, que incluiu também o Instituto Oswaldo Cruz e o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do

Estado de São Paulo. Participantes da Expedição desde o seu início, os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Bôas acabaram se destacando e liderando os trabalhos, incluindo as frentes de contato com os povos da região⁵⁰. Além dos irmãos Villas Bôas participaram do grupo o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Heloísa Alberto Torres – então diretora do Museu Nacional, Café Filho - então vice-presidente da República, brigadeiro Raimundo Vasconcelos de Aboim, Darcy Ribeiro e José Maria da Gama Malcher - diretor do Serviço de Proteção aos Índios e o médico sanitário Noel Nutels.

Interrompida por falta de apoio político e, portanto, de recursos, a Roncador-Xingu foi retomada, a partir de 1951, quando o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁵¹ e os irmãos Villas Bôas receberam mais apoio logístico para o trabalho. É importante dizer que o projeto de modernização que criara a 1ª Expedição, aos poucos se transformara, pois o contato, especialmente dos irmãos Villas Bôas com os indígenas da região os motivou a defenderem condições de permanência dos indígenas, o que não era a intenção inicial. No caso, vale inclusive destacar que a ocupação sequer não se deu por conta da Expedição, sendo posterior - nos anos 70 -, através da política de abertura das estradas de rodagem BR163 (oeste da bacia) e BR158 (leste da bacia), ou seja, uma ação voltada para o princípio modernizador.

É interessante também indicar que a liderança conquistada pelos irmãos Villas Bôas - inexistente no início da Expedição - transformou o caráter militarista da Marcha para o Oeste. Baseada na filosofia do Serviço de Proteção ao Índio (diga-se, do Marechal Rondon) de "morrer se preciso for, matar nunca", a perspectiva de ações violentas para retirada dos nativos e incorporação efetiva do território aos projetos de modernização nacionais, tornou-se uma expedição de contato e pacificação para com os diversos povos indígenas da região centro-

⁵⁰ Instituto Socioambiental (ISA). Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. São Paulo. Instituto Socioambiental. 2011. P.40-41. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

⁵¹ O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910 e operou em diferentes formatos até 1967, quando foi substituído pela atual Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

oeste brasileira⁵².

Uma das consequências desse modelo de ocupação que acabou se efetivando é que ele não previa e não se mobilizou em prol de garantias territoriais para os índios, deixando campo aberto para a especulação, grilagem e invasão de áreas antes de ocupação exclusiva de indígenas. Preocupados com esse desdobramento da empreitada colonizadora, é que os irmãos Villas Bôas - aliados a universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como aliados a outras lideranças políticas mais progressistas passaram a cogitar a delimitação de um espaço reservado para os povos indígenas ameaçados. A ideia, porém, encontrou resistência de setores interessados no mercado de terras, principalmente daquelas em poder do governo federal⁵³.

A ideia de criação do Parque tomou forma numa mesa-redonda convocada pela Vice-Presidência da República em 1952, da qual resultou um anteprojeto de um Parque muito maior do que o que veio a se concretizar, em função de interesses mobiliários. A categoria de "Parque Nacional" deveu-se ao duplo propósito de proteção ambiental e das populações indígenas que orientou sua criação, estando a área subordinada tanto ao órgão indigenista oficial quanto ao órgão ambiental. Foi apenas com a criação da FUNAI (em 1967, substituindo o SPI) que o "Parque Nacional" passou a ser designado "Parque Indígena", voltando-se então primordialmente para a proteção da sociodiversidade nativa⁵⁴.

Mas nem todos defendiam a criação do Parque. Os interesses pela posse de terras faziam forte oposição e argumentavam sua posição na crítica ao

⁵² Site do AXA - Articulação Xingu Araguaia. Disponível em: <http://www.axa.org.br/anexo/no-ponto-sociedade/>. Acesso em 10 de julho de 2016.

⁵³ Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. 2011. P.41-42. http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

⁵⁴ Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

tamanho do mesmo: consideravam desproporcional a relação população X área do parque, sedimentada na expressão “muita terra para pouco índio”. Como a lógica que presidia tal posicionamento não era indígena e era altamente capitalista, pensando em rendimentos ‘per capita’, criava-se a imagem de que a população dos grupos já contatados a partir da entrada da Expedição Roncador-Xingu, era reduzida⁵⁵.

Desta forma, os pares de oposição que entram em questão são: superfície x população; desenvolvimento x preservação natural e índios (“bugres”) x brancos (“homens”). Maria Lucia Menezes observa que, dentro dessa ótica, era muito mais assimilável pela opinião pública - principalmente a classe média urbana, aspirando a modernização do pós-guerra - a ideia de que o índio era um impedimento ao desenvolvimento. Muito mais do que grandes latifúndios improdutivos, pois uma área com “tanta terra” para tão “pouco índio” constituía um entrave no jogo de interesses regionais, que buscava naquele momento ampliar o mercado de terras e expandir a fronteira agrícola⁵⁶.

Em 1953 foi redigido o primeiro anteprojeto de Lei que criava o Parque do Xingu, com uma área de 20.575.000 hectares, um parque cinco vezes maior do que ele é hoje. Os interesses mobiliários mato-grossenses se posicionaram contra a sua constituição. O Projeto de Lei nº 14/53, que tratava da criação do Parque começou a tramitar, ao mesmo tempo em que o governo do Mato Grosso promovia a concessão de terras tratadas como devolutas para empresas colonizadoras do sul do Brasil. Extensos territórios doados pelo Estado passaram a se sobrepor às áreas de ocupação tradicional dos povos xinguanos, parte delas previstas na proposta de delimitação do Parque⁵⁷.

No final da década de 50, a disputa de terras em área pretendida para o parque acirrou-se de tal forma que se impôs a criação do Parque do Xingu, muito mais em função de uma mediação ao conflito existente, resultado das diversas disputas de interesses locais, regionais e nacionais, do que ao reconhecimento e coroamento de uma dada vertente da política indigenista, que colocasse em

⁵⁵ MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque Indígena do Xingu. A Construção de um Território Estatal*. São Paulo. UNICAMP. 2000. Pag 111.

⁵⁶ Idem, p. 228.

⁵⁷ Idem, p.184.

questão os interesses dos indígenas⁵⁸.

Essa situação perdurou até o início dos anos 1960, quando o governo do presidente Jânio Quadros fez ressurgir a disposição de criar o Parque do Xingu, uma figura administrativa e jurídica com dupla finalidade e dupla gestão administrativa: ser um território destinado à proteção ambiental e à sobrevivência social, política e comunitária das populações indígenas que habitavam a região, cuja responsabilidade seria do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e ao mesmo tempo proteger as paisagens e diversidade ambiental, pela qual respondia o Serviço Florestal, ambos os órgãos na época subordinados ao Ministério da Agricultura. Assim, em 14 de abril de 1961, através do Decreto nº 50.455, foi criado o Parque Nacional do Xingu com “um polígono irregular com área aproximada de 22 mil quilômetros quadrados”, ou seja, 2,2 milhões de hectares (dez vezes menos do que a área estipulada inicialmente).

O desenho atual do Parque Indígena do Xingu não é o mesmo do Parque Nacional do Xingu. Regulamentado em 31 de julho de 1961, o decreto federal de criação do Parque foi alterado várias vezes desde então. Em 1968, o Decreto Federal nº 63.082 fixou seus limites oficialmente. Já o Decreto nº 68.909, de 1971, alterou os limites, pela primeira vez, para excluir a porção norte (território tradicional dos Kayapó), que fora cortada pela rodovia BR-80. Em 1984, os Kayapó conseguiram o reconhecimento desta porção, que passou a ser denominada TI Capoto-Jarina⁵⁹. O parque contemplou a territorialidade integral de algumas etnias, mas deixou fora parcelas significativas de território tradicional de povos que lá habitavam. Os Panará, Ikpeng, Kisedjê e os Kayabi, que habitavam fora do parque, perderam territórios na sua ida para o Xingu. Eles estavam debilitados pelas epidemias decorrentes dos contatos com as frentes de expansão⁶⁰.

⁵⁸ Idem, p. 111.

⁵⁹ Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo, Instituto Socioambiental. 2011. P.42. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

⁶⁰ Site do AXA - Articulação Xingu Araguaia. Disponível em:

Como André Villas Bôas afirma, a criação de uma área de proteção com a presença do Estado, dentro daquele contexto de disputas, pode ser considerada como uma grande conquista. Naquela época, a sociedade percebia os índios como algo do passado e não do futuro, que em algum momento iria se extinguir, assim, mesmo sem ter como prioridade uma política indigenista, o PIX protegeu efetivamente alguns índios. Exemplar é a situação dos Kayabi: há diferenças perceptíveis em termos de manutenção da língua e dos aspectos culturais entre os Kayabi que ficaram fora do parque e os que foram para dentro. Os que ficaram fora tiveram que enfrentar as frentes de expansão com perdas populacionais e culturais⁶¹. Cabe ainda dizer que os seus limites não foram discutidos com os índios, como acontece hoje. A sua demarcação foi uma interpretação daqueles que tinham contato com os índios, especialmente sertanistas e antropólogos.

A criação do PIX foi benéfica para algumas etnias, mas para outras, entretanto, houve perdas territoriais. Várias etnias contabilizam perdas de partes de seus territórios ou de territórios inteiros a partir do momento em que foram retiradas de sua área original e deslocadas para o PIX. Esse deslocamento se deu por diversos motivos, como conflitos com etnias vizinhas, conflitos com agentes internos como fazendeiros, posseiros, empresas seringalistas, etc. Atualmente, muitos grupos que vivem no PIX reivindicam a anexação de seus antigos territórios à área do PIX.

Em relação às características atuais do Parque, localiza-se na região nordeste do Estado do Mato Grosso, na porção sul da Amazônia brasileira. Ao sul do Parque estão os formadores do rio Xingu, que compõe uma bacia drenada pelos rios Von den Stein, Jatobá, Ronuro, Batovi, Kurisevo e Kuluene; sendo este o principal formador do Xingu, ao se encontrar com o Batovi-Ronuro.

Tendo em vista as 16 etnias que lá habitam, pode-se dividir o Parque

<http://www.axa.org.br/anexo/no-ponto-sociedade/>. Acesso em 10 de julho de 2016.

⁶¹ ENTREVISTA ANDRÉ VILLAS BOAS Ver: <http://www.axa.org.br/anexo/no-ponto-sociedade/>. Acesso em 10 de julho de 2016.

Indígena do Xingu em três partes: ao norte (conhecida como Baixo Xingu), na região central (o chamado Médio Xingu) e ao sul (o Alto Xingu). No sul ficam povos muito semelhantes culturalmente, compreendendo a área cultural do Alto Xingu, cujas etnias são Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nafukuá, Naruvôtu, Waurá e Yawalapiti atendidas pelo Posto Indígena Leonardo Villas Bôas. No Médio Xingu ficam os Trumai, os Tapayuna, os Ikpeng e os Kaiabi, atendidos pelo Posto Pavuru. Ao norte estão os Ksêdje e Yudjá, atendidos pelo Posto Diauarum. Cada Posto apoia a logística de projetos e atividades desenvolvidas no Parque, como educação e saúde, havendo em todos eles uma UBS (Unidade Básica de Saúde), onde trabalham agentes indígenas de saúde e funcionários da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), conveniada com a Funasa. Existem ainda onze Postos de Vigilância nos limites do território, às margens dos principais rios formadores do Xingu⁶².

É datado da década de 80 o início dos conflitos com os agentes externos ao Parque – leia-se o não índio. Neste período, começaram as primeiras invasões de pescadores e caçadores no território. Ao final dos anos 90, as queimadas em fazendas pecuárias localizadas à nordeste do Parque ameaçavam atingi-lo e o avanço das madeireiras instaladas à oeste começou a chegar perto dos limites físicos definidos pela demarcação. Além disso, a ocupação do entorno começava a poluir as nascentes dos rios que abastecem o Parque e que ficaram fora da área demarcada. Segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), o Parque vem sendo cercado pelo processo de ocupação de seu entorno e já se evidencia como uma “ilha” de florestas em meio ao pasto e a monocultura na região do Xingu⁶³.

Segundo informações do ISA, dentre os problemas contemporâneos enfrentados pelos moradores do Parque, os maiores talvez decorram desse processo de ocupação predatória de seu entorno. Considera-se “entorno do PIX” a região do estado de Mato Grosso que se estende ao redor dos principais formadores do rio Xingu, desde suas cabeceiras. Correndo paralelas ao rio

⁶² Site do ISA - Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

⁶³ Ibidem.

Xingu, duas grandes rotas rodoviárias funcionam como eixos de ocupação: a oeste do PIX, a Cuiabá-Santarém (BR-163); a leste, a BR-158. Nesse contexto regional adverso, os recursos naturais e a sociodiversidade do Parque são ameaçados de múltiplas formas ao longo de cerca de 900 km de perímetro.

Tais preocupações têm mobilizado os indígenas e estimulando um conjunto significativo de novos pleitos territoriais. Dois deles, atendidos, resultaram nas Terras Indígenas Wawi e Batovi, respectivamente dos Suyá e dos Wauja, homologadas em 1998. Somado a elas, a extensão do Parque chegou a 2.797.491 hectares. Atualmente os Ikpeng vêm se articulando para reivindicar parte de seu território tradicional na região do Rio Jatobá, que ficou fora da demarcação. Os Wauja também estão negociando para que a região denominada Kamukuaká, considerada sagrada e localizada numa fazenda vizinha ao Parque, seja transformada numa área de preservação ambiental.

A questão da fiscalização do território é presença certa na agenda dos assuntos políticos do Parque, sendo discutida tanto em encontros de lideranças e assembleias da ATIX (Associação Terra Indígena Xingu) como na interlocução com a FUNAI e os órgãos ambientais federal (IBAMA) e estadual (Fundação Estadual do Meio Ambiente - Fema). Para tanto, foi montada uma infraestrutura dos citados onze postos de vigilância para proteger as áreas que propiciam um acesso direto ao Parque, como a intersecção dos principais rios com os limites do PIX e o ponto em que a BR-080 margeia esses limites.

Elemento fundamental na consolidação do PIX como objeto de um jogo foi o fato dele poder apresentar um dilema comum aos indígenas, que é a questão da terra. Fundamental tanto de modo imediato, para sua integridade e sobrevivência, mas também porque aciona a problematização da ideia de terra, abrindo espaço para a percepção de que o mesmo termo abriga compreensões diferentes entre indígenas e não indígenas. É de suma importância destacar que há um entendimento diferenciado entre o Estado e os grupos indígenas quanto a questão da posse da terra. A diferença que deve ser evidenciada gira em torno do conceito jurídico de Terra Indígena contida na Constituição de 1988 e compreensão antropológica dos fundamentos da ocupação e territorialidade indígena.

O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Segundo o texto constitucional, tal ocupação tradicional deve ser lida levando-se em conta os “usos, costumes e tradições” de cada grupo. Assim, uma Terra Indígena para ser definida – identificada, reconhecida, demarcada e homologada – deve levar em conta quatro dimensões distintas, mas complementares, que remetem às diferentes formas de ocupação, ou apropriações indígenas de uma terra: as terras ocupadas em caráter permanente; as utilizadas para suas atividades produtivas; as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural⁶⁴. Desta forma, a noção de Terra Indígena diz respeito a este processo jurídico, conduzido sob a política do Estado.

Dominique Gallois afirma que os antropólogos procuram evidenciar a existência de diferentes lógicas espaciais que promovam articulações entre as distintas dimensões de uma Terra Indígena, buscando, por exemplo, correspondências entre categorias indígenas e noções ocidentais que embasam o direito constitucional, num gerenciamento de negociação que seja o menos danoso possível para os indígenas. Porém, não há correspondência semântica, não sendo possível enquadrar as concepções indígenas de apropriação de território àquela que está presente na legislação. O jogo, ao colocar em evidência a luta pela terra permite, inclusive, que o professor trabalhe com essa tensão.

Desta forma, se para o Estado, a posse da terra está ligada com a concepção de delimitação de um espaço, para os indígenas tal concepção é muito mais complexa. A noção de território para os indígenas remete às especificidades culturais e de contexto aos quais estão inseridos, como por exemplo, relações de parentesco e aliança, que se desdobram para além do confinamento territorial prescrito pelos limites de uma Terra Indígena, mas que envolvem diferentes comunidades. Compreender essas lógicas espaciais diferenciadas nos permite falar de território indígena fora dos parâmetros da etnicidade ou do Estado-nação. A noção de território para os indígenas deve levar em conta contextos

⁶⁴ GALLOIS, Dominique Tilkin. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?” In: RICARDO, Fany (Org.). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. p.2.

específicos, historicamente localizados e não se limitar a tomar como dado que limites étnicos correspondem a limites territoriais⁶⁵.

À exemplo do que temos no Parque Indígena do Xingu e no restante das áreas indígenas brasileiras, praticamente todos os grupos indígenas perderam grandes porções de seus territórios, que foram fragmentados em parcelas que são reivindicadas e demarcadas, num parcelamento que gera novas reivindicações, assentadas no direito constitucional que enfatiza os “direitos originários” dos índios sobre suas terras, independentemente da demarcação. Dominique Gallois diz que:

“Tal equação não é suficiente. Território não é apenas anterior à terra e terra não é tão somente uma parte de um território. São duas noções absolutamente distintas. Como expuseram vários estudos antropológicos, a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político- jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.⁶⁶”

Tal diferenciação é de extrema importância para entender a luta por parte dos grupos indígenas quanto à posse de terra. No caso do PIX, tem-se a demarcação de um território na qual muitos grupos indígenas foram inseridos, mas ainda há uma luta muito grande por parte desses grupos em reivindicar novas demarcações e inclusões de território. Enquanto o senso comum reproduz a ideia do “muita terra para pouco índio”, ao pensarmos na forma como os índios vêm e lidam com a terra, entendemos que sua luta não está baseada apenas na delimitação de áreas físicas fixas, mas é nesse território que estão suas relações com os outros povos, seu passado e seu presente.

⁶⁵ Idem, p.7.

⁶⁶ Idem, p.5.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):
<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1539>.
2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em:
<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>. Acesso em: 31/07/2016.
3. Site da associação Articulação Xingu Araguaia:
<http://www.axa.org.br/anexo/no-ponto-sociedade/>. Acesso em: 31/07/2016.
4. MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque Indígena do Xingú: a construção de um território estatal*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

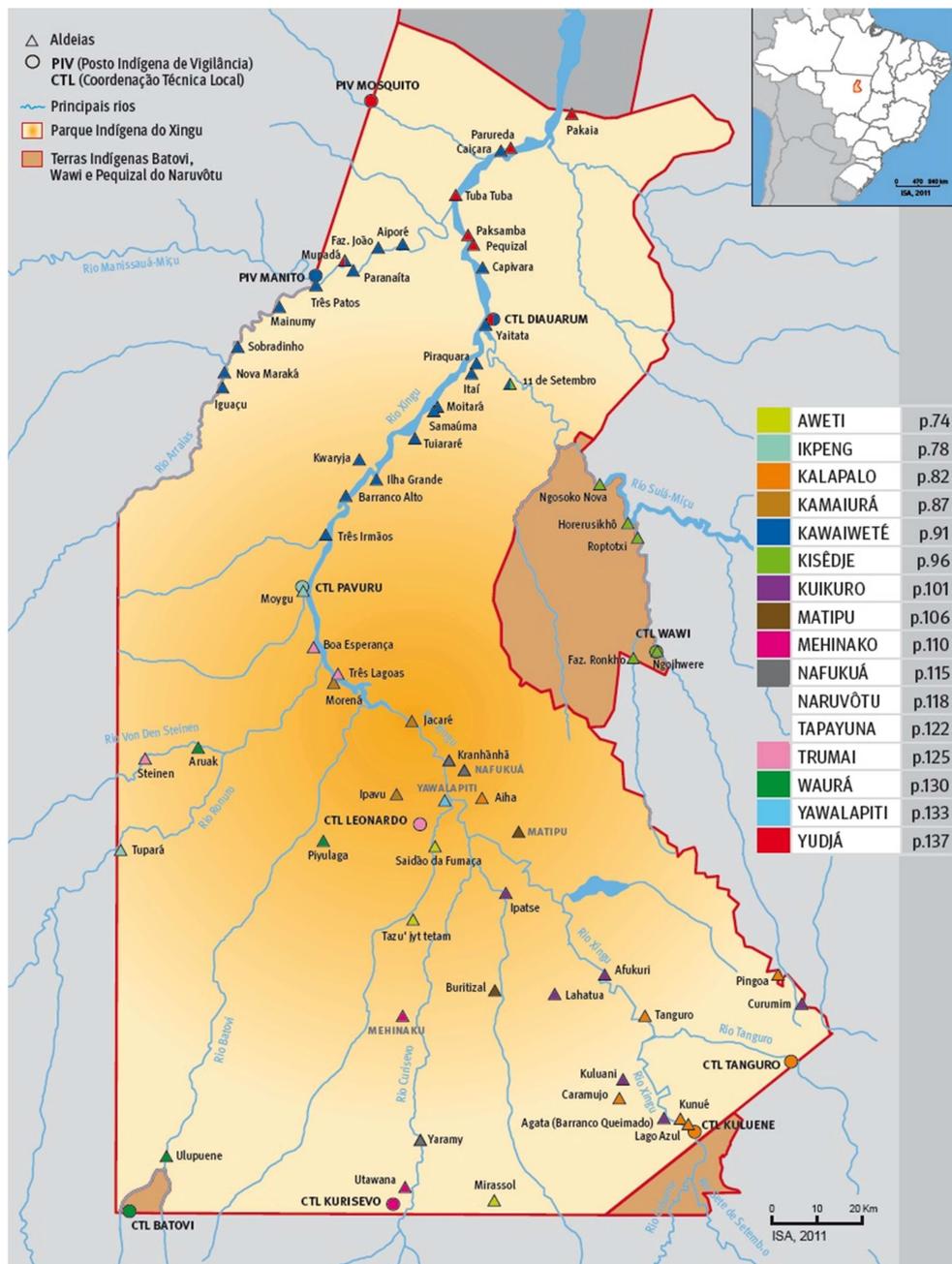
2.3.2

As 6 etnias que compõem o jogo

Um alerta. Os nomes indígenas (etnônimos) muitas vezes são os registros criados por não indígenas, não somente porque muitos não possuíam sistema de escrita, mas, sobretudo porque foram qualificações estabelecidas em função de um contato, ou seja, diziam mais daquilo que os não indígenas compreendiam do

grupo, da visão do não indígena sobre o indígena. Essa informação é importante para compreendermos não só a existência de muitos nomes dados a um mesmo grupo (em função dos diferentes contatos ou das diferentes grafias de quem contactou), mas também o fato de alguns desses nomes - já socialmente compartilhados e conhecidos até pelos índios - não corresponderem ao nome que o grupo dá a si mesmo.

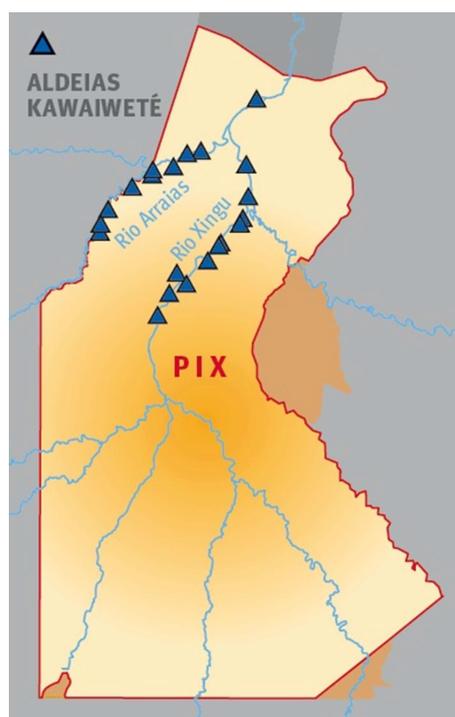
Localização das aldeias no PIX



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

Kayabi:

Também conhecidos como Kaiabi, Cayabi, Cajabi, Kajabi e Kawaiweté, atualmente formam uma população total de 1.619 pessoas, segundo o Censo realizado pela Funasa em 2006. Parte do povo foi trazida para dentro dos limites do PIX na década de 1950, em função do risco de desaparecimento ou desagregação social provocado pelo contato com seringueiros e garimpeiros em seus territórios, localizados na bacia do rio Teles Pires.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

No PIX, os Kayabi estão espalhados por diversas aldeias localizadas na região do Posto Indígena Diauarum, porção norte do Parque e território habitado anteriormente pelos Yudjá e Kisêdje. É a etnia com maior população no PIX.

Destacam-se pela prática de uma agricultura bastante diversificada. Ao se mudarem para o Parque Indígena do Xingu para manterem sua prática agrícola diversificada, trouxeram amostras das espécies que cultivavam em suas terras de origem e adaptaram seus conhecimentos no novo território. Hoje em dia estão procurando apoio para conservar o patrimônio genético de seus cultivares, tentando preservar o que está escasso e resgatar o que se perdeu. Outro destaque dos Kayabi está na participação ativa no movimento indígena organizado em defesa dos interesses das etnias do Parque, como por exemplo, a criação da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX). Juntamente com as etnias Yudjá, Suyá, Trumai, Txikão, promoveram a criação em 1995 da associação para defender seus direitos e tentar implementar alguns projetos na área. Outro projeto é o "Escolas de Cultura" que por objetivo promover o resgate de diferentes aspectos culturais dos grupos através do incentivo à confecção de artefatos e à realização de festas.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

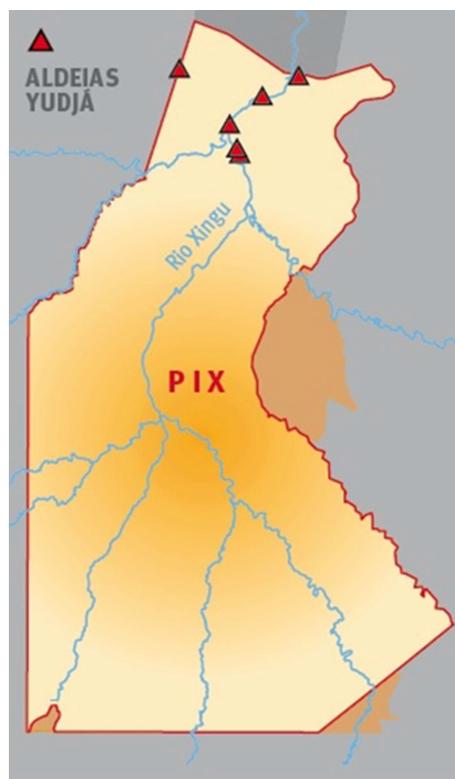
1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaiabi>. Acesso em: 31/07/2016.

2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>. Acesso em: 31/07/2016.

3. Site do Museu do Índio:
<http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/kaiabi-kawaiwete/povo>. Acesso em: 01/08/2016.

Yudjá:

Também conhecidos como: Juruna, Yuruna e Iudjá. Formam uma população total de 362 pessoas, segundo o Censo realizado pela Funasa em 2006. Os Yudjá contam que seu território original estendia-se por toda a região da Volta Grande do Xingu (isto é, a grande curva do rio onde hoje está situada a cidade de Altamira) até a desembocadura do rio Fresco, também no Pará. Foram as frentes econômicas lideradas pela economia da seringa que obrigaram os Yudjá a abandonar o baixo rio Xingu e buscar refúgio para além das fronteiras do Mato Grosso. Para permanecer no Alto Xingu, os Yudjá tiveram de travar alguns conflitos sangrentos com os povos da região, especialmente os Kamaiurá e os Kisêdje.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

Hoje em dia (2016), participam de um projeto de geração de renda que é a fabricação e venda de mel junto com os povos Kayabi, Mehinako, Kisêdje e Ikpeng. Tido como produto diferenciado, atualmente (2016) o mel é comercializado em lojas da rede de supermercados Pão de Açúcar, voltadas para o consumidor de alto padrão econômico.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):

<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/yudja/645>. Acesso em 01/08/2016.

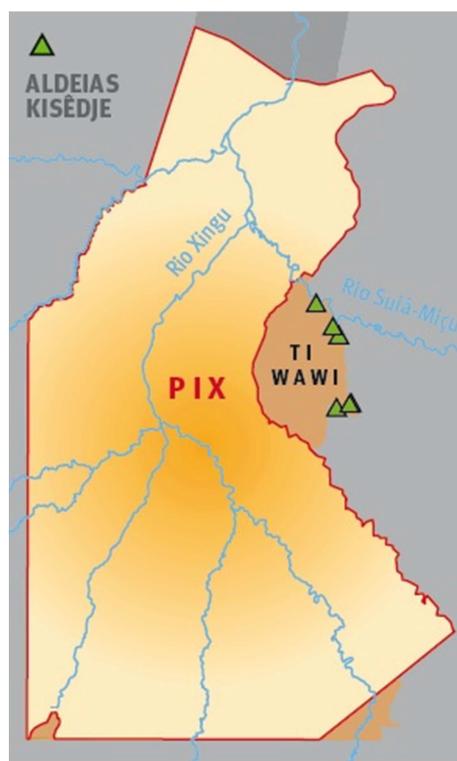
2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>.

Acesso em: 31/07/2016.

Kisêdje:

Também conhecidos como: Suiá ou Suyá. Formam uma população total de 330 pessoas, segundo o Censo do IBGE de 2004. Vieram da região do norte do Tocantins ou do Maranhão. Dali moveram-se em direção oeste, atravessando o rio Xingu para o rio Tapajós, onde lutaram com uma série de grupos indígenas, incluindo aqueles que eles identificaram como os Munduruku e os Krenakarore (Panará). Kisêdje significa “aquele que põe fogo no quintal”, ou seja, faz roças perto da aldeia. Começaram a adotar esta autodenominação em meados dos anos 1990. Até então, eram conhecidos como Suiá. Formam o único grupo de língua jê que habita o PIX.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

Em 2009, peixes consumidos pelo povo Kisêdje começaram a apresentar contaminação por metais pesados. Uma equipe formada por índios e biólogos coletou e analisou amostras desses peixes e foram encontradas quantidades de chumbo, cobre, mercúrio e zinco superiores ao aceitável para a saúde humana. Embora o estudo não tenha conseguido identificar a origem da contaminação, deixou um alerta para que novas pesquisas sejam realizadas com esse fim e também sobre seus efeitos na saúde humana e no meio ambiente.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):

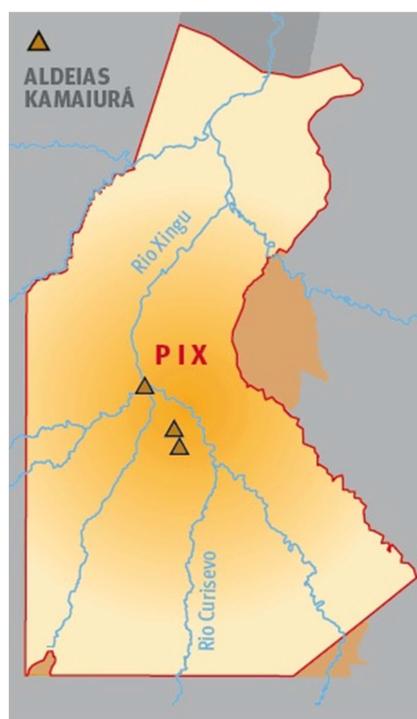
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kisedje>. Acesso em 01/08/2016.

2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>. Acesso em: 31/07/2016.

Kamaiurá:

Também conhecidos como: Kamayurá. Formam uma população total de 492 pessoas, segundo o Censo realizado pela Funasa em 2006. Inicialmente reunidos às margens da grande lagoa de Ipavu, localizada na confluência dos rios Culuene e Curisevo, mudaram-se para o sul, próximo ao Posto Indígena Leonardo, devido a conflitos com povos que habitavam o norte, particularmente os Kisêdje e os Yudjá.

Hoje vivem em três aldeias. Uma que existe desde a época em que o PIX foi criado, a cerca de 10 quilômetros ao norte do Posto Leonardo, na beira da lagoa Ipavu. As demais são a Morená, na beira do rio Xingu, bem no ponto de confluência dos rios Culuene e Curisevo, e a Jacaré. Atualmente (2016), demonstram um significativo crescimento demográfico em relação ao início da década de 1970, quando eram 131 pessoas.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

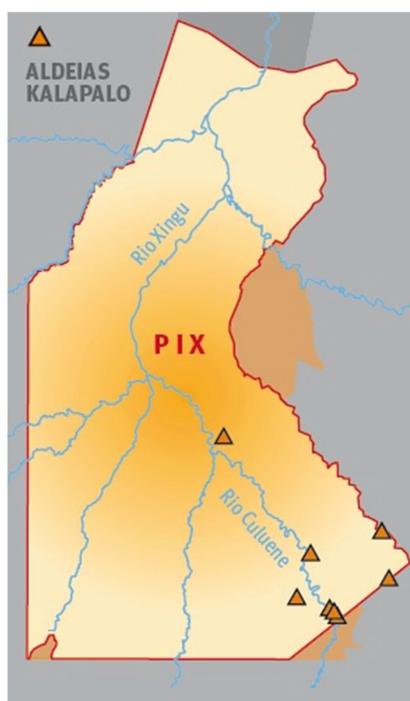
O Huka-Huka é uma luta corporal praticada pelos índios Kamaiurá, provenientes do Alto Xingu – MT, e costuma ser praticada durante os festejos do Kuarup – festa que reúne todas as aldeias do sistema altoxinguano e é realizada em homenagem aos mortos recentes. Praticado desde a infância, o huka-huka é a uma luta, que apesar de servir como prova de força entre seus praticantes, não envolve violência ou ferimentos.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kamaiura>. Acesso em 01/08/2016.
2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>. Acesso em: 31/07/2016.
3. Site Povos Indígenas Brasileiros:
<http://indigenasbrasil.org.br/2016/02/kamayura.html>. Acesso em: 01/08/2016.

Kalapalo:

Formam uma população total de 504 pessoas, segundo o Censo realizado pela Funasa em 2006. As antigas aldeias Kalapalo ficavam mais ao sul de sua localização atual, em ambas as margens do rio Culuene. Os Kalapalo mudaram-se com relutância para onde estão hoje, depois que, em 1961, foram estabelecidas as fronteiras do Parque Indígena do Xingu e outros grupos foram encorajados a morar nas proximidades do Posto Indígena Leonardo. Essa foi a estratégia utilizada pelos irmãos Villas Bôas para controlar o contato desses índios com estranhos e obter ajuda médica em caso de epidemias. Ainda assim, os Kalapalo constantemente retornam ao seu território tradicional para colher pequi em torno das velhas aldeias, ou para procurar caramujos para confeccionar ornamentos de conchas, pescar e fazer roças de mandioca, batata doce e algodão em vários lugares no curso do Culuene.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

Atualmente, vivem em seis aldeias, localizadas a sudeste do rio Culuene, uma delas chamada Tanguro, nas margens do rio Culuene e próxima ao limite leste do PIX. Alguns Kalapalo vivem nos Postos Indígenas de Vigilância Tanguro e Culuene, onde chefes de famílias kalapalo têm se destacado por participar ativamente na vigilância dos limites do PIX para evitar a invasão de fazendeiros e pescadores.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):

<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kalapalo>. Acesso em: 01/08/2016.

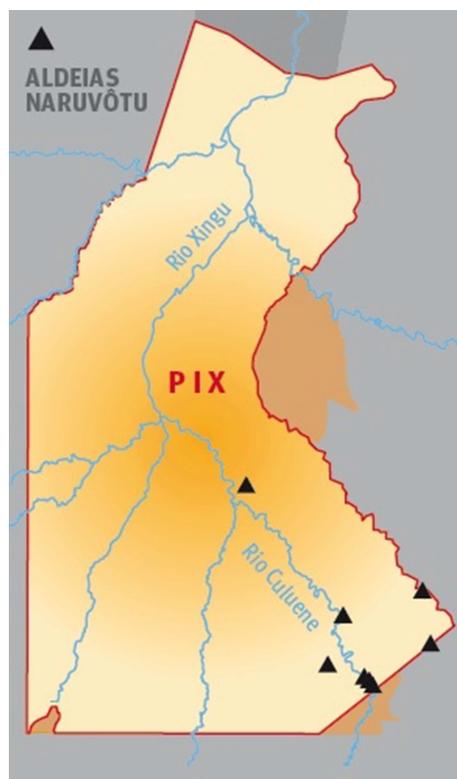
2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>.

Acesso em: 31/07/2016.

Naruvôtu:

Também conhecidos como: Naruvotu. Formam uma população total de 70 pessoas, segundo o Censo do IBGE de 2004. Juntamente com os Kalapalo (que falam a mesma língua), foram os Naruvôtu os primeiros índios altoxinguanos a entrar em contato direto com a Expedição Roncador-Xingu, comandada pelos irmãos Villas Bôas, nos anos 1940. Esse contato, no entanto, foi devastador para os Naruvôtu. Talvez por serem, na época, menos numerosos que os Kuikuro e os Kalapalo, e por estarem mais afastados dos polos de atração da Expedição, os efeitos das epidemias de gripe que se alastraram no Alto Xingu causou-lhes violento impacto, os obrigando a abandonar a aldeia onde moravam, no alto rio Culuene.



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo. Instituto Socioambiental. P.73. Disponível em: http://loja.socioambiental.org/loja/detalhe_download.html?id_prd=10380. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

No final dos anos 1940, fizeram uma nova tentativa de retornar às suas terras ancestrais, mesmo depois da epidemia, mas não conseguiram se reestruturar. Esse local ficou fora dos limites do PIX e só foi reconquistado em 2009. É a atual TI Pequizal dos Naruvôtu, contígua ao parque.

REFERÊNCIAS PARA PESQUISA:

1. Site do Instituto Socioambiental (ISA):
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/naruvotu>. Acesso em 01/08/2016.

2. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos / Instituto Socioambiental (ISA). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/almanaque-socioambiental-parque-indigena-do-xingu-50-anos-0>. Acesso em: 31/07/2016.

2.3.3

Onde encontrar informações sobre a temática indígena?

Para realizar o jogo, pude contar com materiais reunidos e produzidos pelo Instituto Socioambiental (ISA), especialmente o “Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos”, que está disponível gratuitamente na internet [<https://www.socioambiental.org/pt-br>. em 29 de julho de 2016]. Mas existem muitas outras fontes interessantes e de fácil acesso que você usar para ampliar suas referências e, quem sabe, preparar um novo material didático:

SITES:

- **ONG** **Vídeo** **nas** **Aldeias:**
<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/index.php>. É uma ONG que visa apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de

uma produção compartilhada com os próprios povos indígenas. Destaco ainda o **Guia para professores e alunos sobre cineastas indígenas**: http://www.videonasaldeias.org.br/downloads/vna_guia_prof.pdf.

Produzido pela ONG Vídeos na aldeia.

- **Índio Educa**: <http://www.indioeduca.org/>. Site com um vasto material, voltado para o ensino da temática indígena, que procura trazer um novo olhar sobre a temática. O mais interessante é que o site é produzido e alimentado por um grupo de indígenas.
- **Os índios na História do Brasil**: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>. Página da UNICAMP vinculada ao Projeto de Produtividade em Pesquisa do CNPq "Os Índios e o Atlântico", do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI) da UNICAMP. Disponibiliza uma vasta bibliografia comentada sobre a temática indígena, além de teses e estudos sobre o tema.

TEXTOS:

- **O índio brasileiro: tudo o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Coleção educação para todos feita pela UNESCO: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>
- **Coleção “Um Dia na Aldeia”**, de Rita Carelli, propõe livros para crianças de 5 a 11 anos com histórias de vários grupos étnicos. São 6 livros, derivados de filmes produzidos por indígenas no projeto ‘Vídeo nas Aldeias’ e a proposta era aproveitar os filmes na construção de um produto para crianças. Wajãpi (Amapá e Pará), Ikpeng (Mato Grosso) e Panará (Mato Grosso e Pará). E é muito interessante, pois os livros são bilíngues, redigidos tanto português quanto na língua nativa, na proposta dos livros

irem para as escolas das respectivas aldeias, servirem no processo de alfabetização das mesmas. Pode-se ainda contar com um canal no Youtube que disponibiliza os filmes que originaram os livros:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLRuwp3CnAOh2ZeaS81QH9-i7GAVZ5bwOV>. [29 de julho de 2016] Há uma entrevista online de 2 minutos da autora, explicando a proposta e ela pode ser acessada em:

http://www.canalcurta.tv.br/pt/filme/?name=parcerias_sp_colecao_um_dia_na_aldeia_por_rita_carelli. [29 de julho de 2016]. Referência: CARELLI, Rita. *Um Dia na Aldeia*. São Paulo: Cosac Naify. 1ª edição, 2014.

- O livro **“Coisas de índio”** tem a vantagem de ter sido escrito por um indígena, Daniel Munduruku, autor de diversos livros aproximando a temática indígena dos não indígenas. Formado antropólogo e doutor em educação, Daniel tem longo projeto literário de divulgação e respeito aos povos indígenas, apresentando também um canal no Youtube, o Uk’A, [https://www.youtube.com/channel/UCAVupaefH_sfIqR9ct3_wQ. em 29 de julho de 2016] onde podem ser acessadas entrevistas e outros materiais. O livro traz referências sobre as diversas nações indígenas do Brasil, sendo indicado para pesquisa ou estudo sobre as culturas indígenas. Aborda a pré-história brasileira, as condições de vida, valores e influências culturais dos povos indígenas. Referência: MUNDURUKU, Daniel. *Coisas de Índio*. São Paulo: Callis, 2ª edição, 2010.

- **Índios do Brasil**. Escrito em linguagem acessível, este livro apresenta informações fundamentais para a compreensão de como funcionam as sociedades indígenas. Em quinze capítulos o autor procurou fornecer dados básicos sobre os índios como rituais, política, arte, parentesco, mitos e suas relações com segmentos da nossa sociedade. Referência: MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*, Hucitec, São Paulo, 48ª edição, 1983.

- **Antropologia indígena: uma introdução.** Mostrando como o conhecimento de outras culturas pode nos auxiliar no entendimento de nossa própria sociedade a autora apresenta uma série de características culturais básicas das sociedades indígenas brasileiras. Referência: JUNQUEIRA, Carmen. *Antropologia indígena: uma introdução*. Educ, São Paulo, 1991.

- **A questão indígena na sala de aula: Subsídios para professores de 1º e 2º Graus.** O livro divide-se em duas partes. Na primeira, faz-se uma crítica dos livros didáticos e de obras literárias que versam sobre os índios, revelando as limitações ou vícios que por ventura apresentem. Na segunda parte, há vários textos com informações sobre como são organizadas as sociedades indígenas hoje e sobre o processo de contato dos índios com os brancos. Há, ainda, um amplo levantamento de fontes de informação sobre as populações indígenas do Brasil. Referência: LOPES DA SILVA, Aracy (org). *A questão indígena na sala de aula: Subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasiliense, São Paulo, 1987.

- **A temática indígena na escola: Subsídios para professores de 1º e 2º Graus.** Este livro, dedicado aos professores de 1º e 2º graus e a seus alunos, abarca uma ampla variedade de temas e reúne as contribuições de vinte e dois autores, referentes a mais de duzentos povos indígenas que habitam o Brasil. Há uma vasta indicação bibliográfica sobre a temática. Referência: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi; SILVA, Aracy Lopes da. (Orgs.). *A temática indígena na escola: Subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. São Paulo, Global, 2008. Disponível na internet em: http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2016.

- **História dos índios no Brasil.** O livro reúne diversos artigos acadêmicos que reportam tanto uma trajetória cronológica – do século XVI ao XX – como recortes espaciais, dando oportunidade do leitor conhecer realidades bastante diferentes. É um livro volumoso que se constituiu como de referência na área. Referência: CUNHA, M. C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE):** criado pelo MEC para escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio o PNBE, o programa procura atender minimamente uma ampliação de referências em temas considerados fundamentais na formação: campo, direitos humanos, educação especial, indígena, juventude, quilombola, relações étnico-raciais, sustentabilidade socioambiental e educação de jovens e adultos. É um acervo de 45 obras (5 para cada tema) que, selecionado por um coletivo extenso de pesquisadores-professores especialistas, procura atender interesses e necessidades não só de alunos, mas também de professores e pais de alunos, numa perspectiva ampla de impacto da biblioteca escolar. São, portanto, 5 livros que abordam assuntos como povos indígenas e educação, aldeia, dificuldades de entender os povos indígenas, terra e movimento indígena brasileiro e que podem estar bem perto de você, professor. Sobre o projeto e a listagem das obras, acessem o portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/20187-ministerio-distribuir-85-mil-acervos-para-60-mil-escolas>.

2.3.4

Utilizando o jogo em sala de aula

O jogo do Parque Indígena do Xingu é destinado para turmas de 6º e 7º Anos, sendo inserido nos conteúdos que o professor julgar pertinente e até mesmo

no momento de comemoração do Dia do Índio, problematizando questões já expostas neste guia, como a questão do “índio” como uma coisa só, ou o fato de sua figura estar presa no passado, apresentando uma percepção dos indígenas no presente. A utilização do jogo pode ser feita tanto como iniciação do assunto sobre a temática indígena, como em forma de finalização do conteúdo, ficando à critério do professor.

Caso o jogo seja usado de forma introdutória, recomenda-se que seja feito momento inicial em que se busque no aluno quais são as suas percepções sobre o tema. Como sugestão, o professor pode escrever no quadro a palavra ‘índios’ e pedir que os alunos falem o que pensam sobre o assunto. Este é momento de já começar a fazer algumas intervenções quanto ao que for falado sobre os índios. Certamente aparecerão falas estereotipadas que já podem ser desconstruídas ou questionadas. Em seguida, fazer o mesmo com o tema do jogo – Parque Indígena do Xingu. E na sequência apresentar uma breve história sobre o Parque, para então utilizar o jogo.

É importante destacar que, embora o material trate de 6 etnias – Kayabi, Kalapalo, Yudjá, Naruvôtu, Ksedjê e Kamaiurá – aparecem no tabuleiro outras etnias como Ikpeng, Waujá, Matipu, Mehinako e Kuikuro.

Entretanto, se o jogo for utilizado como forma finalizadora do conteúdo, recomenda-se que sejam trabalhadas antes as questões que o material abarca – a história do PIX, as etnias, os conflitos sofridos, as disputas territoriais, etc. -, assim como os conceitos que o material traz como: alteridade; identidade; Estado; etnia; povo; população, etc. Assim, o jogo se coloca como um “arremate” dos saberes construídos, servindo de método para revisão e/ou avaliação do conteúdo.

Outra sugestão de abordagem do material é aliar o seu uso juntamente com outras disciplinas, como a geografia, ciências e artes. O jogo pode ser utilizado em conjunto com diversas disciplinas, promovendo uma interdisciplinaridade, onde os temas podem ser mais detalhados e melhor desenvolvidos. Por exemplo, explorar as questões geográficas na disciplina de geografia juntamente com a questão ambiental em ciências. Abarcar o conteúdo de artes para refletir sobre a visão de si e de mundo dessas etnias. E a partir disso, provocar no aluno a

possibilidade de transformar esses conhecimentos construídos em novos produtos e até quem sabe, novos jogos.

2.3.5

De professor para professor

Espero que este material possa ajudar a você, professor, a levar um novo olhar para sua sala de aula sobre a temática indígena. A intenção ao fazer esse material era a de provocar um descentramento e uma curiosidade, tanto no professor, quanto no aluno, instigando uma busca por novas fontes e novos saberes.

Se você tem dúvidas, sugestões ou quer compartilhar sua experiência com o material, sinta-se à vontade para entrar em contato com a autora pelo email: marciassilva07@yahoo.com.br.